

## As Relações Portugal-Espanha num Mundo em Globalização

---

---

António J. V. de Almeida Tomé \*

### **Resumo**

O tema insere-se dentro da problemática actual e da comparação crítica das relações Portugal-Espanha, em que se procuram realçar as sensíveis e notórias diferenças entre os dois países, nomeadamente nas áreas económica, científica, tecnológica, da informação e do conhecimento, e no novo domínio que irá definir a hierarquia das potências; a transposição para o Espaço e a sua exploração, passando os sensores e os meios de segurança e de defesa integrante dos meios aeroespaciais a dominar num futuro já próximo a actividade na atmosfera e na superfície terrestre.

Refere-se ainda a problemática geopolítica e geoestratégica que decorre da existência de uma nítida superioridade em todos os sectores de afirmação económica e de influência peninsular por parte do Estado vizinho, domínios que são reforçados na sua totalidade pela existência de um poderoso aparelho militar, moderno e eficiente, a que Portugal pouco pode contrapor, por força da falta da necessária vontade política. Neste sector crítico, e obviamente no económico, torna-se premente, a par de uma modernização acelerada em todos os domínios, contrapor umas Forças Armadas nacionais em consentâneo com um país que se deseja forte e de

\* U.L.H.T

grande perenidade, dotado de sugiciente poder que lhe permita contrabalançar a supremacia peninsular de Madrid e ter voz própria e activa nos areópagos internacionais apoiado pela importante realidade da Lusofonia.

**Palavras-chave:**

Goeconomia, Geopolítica, Geoestratégia, Poder Económico, Poder Militar, Poder Tecnológico-Científico.

**Abstracts:**

*The subject of this theme is the surveillance of the Portugal-Spain relations and focus the supremacy of our neighbour in major domains in comparison to Portuguese Nation in a time where the globalization has changed and continues to change the nature of world politics.*

*The accelerated spread of global phenomena since the middle of the twentieth century has had a number of important implications for patterns of governance. This fact implied the surpassed of Geopolitics by the Goeconomics affairs and unveiled the international economic and financial forces. These has projected the neighbour country as the more powerful in the peninsular context, both in the economic and military domains, with multiple implications to Portugal that imply to create new political measures in order to get a visible and power state in the international affairs.*

**Keywords:**

Goeconomics, Geopolitics, Geostrategy, Economic Power, Military Power, Technological-Scientific Power.

No início deste novo milénio e atendendo ao que se poderá prospectar para o futuro próximo, numa conjuntura de acontecimentos inesperados e de acrescido grau de probabilidade de poder ocorrer um risco tecnológico maior, não será despiciendo poder

aduzir-se que Portugal poderá vir a confrontar-se com uma nova crise de sobrevivência da sua individualidade política. Esta deve-se essencialmente a razões de ordem geopolítica, de deficiente condução da política externa, muito devido à problemática interna, à falta de elites esclarecidas que possam conduzir a bom porto um país de propensão fragmentária de natureza geográfica, à notória debilidade militar e à omnipresença de um país fronteiro de visão estratégica peninsular que não cessa de se fortalecer face a um Estado velho de oito séculos que atravessa indubitavelmente uma fase de declínio, ou até mesmo, e em aspectos bem marcantes, de uma visível decadência.

Cumprido o Mar e uma vez desfeito o Império, torna-se urgente cumprir Portugal para continuar a ser possível o reforço da materialização da viabilidade de um país construído e mantido por gerações de fortes e esclarecidos portugueses, que a tudo se sacrificaram para dar continuidade à Nação, por quem tantos morreram. O memorial em Belém de homenagem aos militares caídos na defesa da perenidade da Pátria bem o demonstra.

Cabe pois à presente geração definir o que quer continuar a ser, no presente que se vive e no futuro próximo, quando no horizonte não cessam de se acumular nuvens de borrascas que se avizinham cuja presença os Portugueses parecem ainda não se ter apercebido, continuando as elites a preocupar-se mais com cousas de importância menor do que conceber e decidir planos estratégicos bem estruturados, de eficaz acção e de comprovada viabilidade a médio e a longo prazo, que permitam definir e cumprir os objectivos nacionais que possam revitalizar aquela que já foi a primeira potência marítima do mundo, numa época em que o conjunto da população portuguesa era inferior a milhão e meio de habitantes!

Vive-se numa conjuntura de globalização, de grandes oportunidades, mas também de fortes desafios, em que parecem diluir-se valores intrínsecos às raízes históricas do país que somos, arrastados pelo afã de objectivos mais partidários e pessoais do

que nacionais inerentes a um internacionalismo por vezes caótico por onde perpassam os efeitos das forças transnacionais que correm transversalmente às relações entre os órgãos de topo do Estado e o grosso da população que vive a realidade do apego à terra onde nasceu e dos seus ancestrais, presentemente de tão difícil sustentação devido à desertificação humana do interior. Pelo que importará salientar e fazer reavivar e divulgar pelos vários níveis de estudo e do conhecimento as perenes raízes históricas que estiveram e se encontram na génese da individualidade de Portugal e o forjaram como país independente, de Identidade própria, tendo o Mar e o desconhecido marítimo como seu destino manifesto. Agora e uma vez varrido o Ultramar pelos «ventos do Leste» e nas condições humilhantes em que o foi, o País procura tirar partido uma vez mais do Mar e consolidar-se na sua maritimidade, tentando assumir-se como charneira valiosa das relações transatlânticas que unem dois continentes e países pertencentes a uma organização apropriadamente denominada do Atlântico Norte que serve de ponte e se credita como a mais durável da História política e militar da Europa Ocidental e das suas relações indissociáveis com o continente norte-americano.

Importa pois conhecer e tirar partido do aproveitamento das possibilidades históricas atlânticas do território debruçado sobre dois mares, o Atlântico e o Mediterrâneo, não descurando obviamente o facto presente de nos encontrarmos integrados numa União Europeia a quem, tal como outros países, fomos «convidados» a entregar uma parcela de soberania no sentido de viabilizar a existência de uma união económica e monetária que possa conduzir à existência de um futuro Grande Espaço Europeu aglutinador, vantajoso e de interesse económico e político-militar para todos os estados integrantes onde possam convergir os interesses das diferentes nações que, desde Kalergi, visionam uma Europa forte e renovada.

Em complemento e porque Portugal se integra em cinco organizações principais políticas, militares e

económicas de influência e projecção mundial, torna-se premente esclarecer a opinião pública nacional e mantê-la devidamente informada; para além das presentes elites nacionais terem de melhorar a sua cultura geral sobre o que se passa no mundo, nomeadamente nas áreas das relações internacionais, da ciência política especializada e das novas dinâmicas da acção das empresas, públicas ou privadas que se enquadrem numa política única de entendimento das novas realidades internacionais e de aceleração sem precedentes da conjuntura ocorrendo num quadro internacional em permanente mutação. Razões que se justificam por numa era de transnacionalizações permanentes e de corrida desenfreada aos recursos económicos, energéticos e estratégicos do planeta, os países se lançarem em estratégias totais na concretização dos seus objectivos em que os «exércitos» predominantes são de facto o povo todo, devidamente alertado e motivado e culturalmente «armado».

O mundo enfrenta na actualidade «agressões» difusas e de novo tipo, que estão a ser desencadeadas maioritariamente através de estratégias totais de charme, aliciantes e cativantes, onde predominam como pontas de lança a desinformação e a lassidão visando explorar falhas de competência em política externa e as sempre existentes vulnerabilidades que ocorrem nas formas culturais de encarar o futuro do Estado, com incidência na credulidade ignorante e na permissividade ética e moral existentes nos países alvo. Por via dessas brechas fracturantes, as democracias mais consolidadas e avisadas de há muito iniciaram o colmatar dos seus diversos pontos fracos através da aplicação de ponderadas e bem alicerçadas políticas culturais abarcando de preferência as de cariz histórico-geoestratégico, político e militar. No fundo trata-se de manter bem vivo o espírito de Defesa, apanágio de países que mantêm em permanência a coerência e o prosseguimento dos seus objectivos nacionais que visam a manutenção e a melhoria consciente da Segurança, da Justiça e do Bem-Estar de toda a respectiva comunidade.

Foi o Mar que fez Portugal, graças à grandeza visionária dos seus mais importantes líderes ao longo de cruciais etapas da nossa História, e que cedo se aperceberam do bloqueio que significava para o País a interposição da Espanha nos caminhos terrestres de acesso à Europa, na justa aspiração de podermos afirmar a nossa presença e influência política e económica nos principais centros do velho continente, onde afinal sempre se jogaram os destinos do mundo, mas nunca perdendo de vista e sem descurar os caminhos e os descobrimentos marítimos de além-mar. Espanha que no fundo sempre revelou aspirações hegemónicas peninsulares, concretizadas numa ocupação que durou sessenta anos e que agora, passada a era da «realpolitik», se tem orientado paulatinamente por uma racionalpolitik de cariz económico, de que a crescente dependência de Portugal daquele país nas áreas económica, dos recursos hídricos e da energia constituem flagrantes exemplos comprovados estatisticamente pela União Europeia.

Das considerações aduzidas procurando surpreender a temática histórica e actual que possa contribuir para o descortinar das linhas mestras de um equilíbrio ibérico, interessa focalizar-nos de imediato no presente, porquanto se encontra imbricado e formatado em vários nódulos de charneira e determinado pela influência permanente das linhas mestras do passado. Esse passado que constitui poderosa razão de ser na consolidação e evolução do presente, para que possa, no todo ou em parte, ser compreendido o sucesso ou o fracasso do futuro da nossa perene caminhada histórica, responsabilidade que nos cabe por inteiro como País mais antigo da Europa.

Tendo presente a realidade da mundialização dos contactos a todos os níveis na esfera interna de decisão de cada Estado, verifica-se que as áreas onde incidem com maior acuidade as atenções e as políticas dos diversos países se concentram na economia, na cultura de matriz civilizacional, na tecnologia e na ciência, na informação e no respectivo conhecimento,

conjunto de esferas onde se exerce intensa competitividade visando em permanência a conquista e o domínio dos mercados, dos recursos locais e o controlo indirecto de alguns estados, tendo por objectivo a procura em permanência da supremacia na competição, na cooperação ou na resolução em proveito próprio dos interesses conflituais.

Esta luta, quase sempre silenciosa, desenvolve-se no interior de dois movimentos globais, onde a Geopolítica parece ter vindo a ceder o passo à Geoeconomia, que se desenvolve numa sólida base de bens intangíveis, movimentos em que predominam a internacionalização e a interdependência global, as quais conduzem paradoxalmente ao reforço da descentralização e da autonomia das pequenas unidades. Ambos se encontram intimamente interligados, resultando da revolução das comunicações, da dispersão e da globalização do conhecimento e da acessibilidade quase instantânea à informação disponível, com esta a estimular o desenvolvimento científico e tecnológico e as actividades e estruturas económicas, consubstanciando-se aqueles dois primeiros domínios no denominado conhecimento.

No caso concreto dos estados e, sob outra faceta, também das empresas, a abertura forçada ao exterior em consequência da impossibilidade de concretizar uma economia completa ou totalizada nos espaços individualizados nacionais, obriga estes a munirem-se de instrumentos e de «cérebros» que lhes possibilitem uma grande competitividade externa, principalmente no acesso a áreas e a serviços de alto valor acrescentado como o sector aeroespacial, ou os que se relacionam com o domínio de determinados nichos importantes do mercado.

Esta complexa estrutura de abertura devido à marcha da globalização implica a passagem da economia a um processo de internacionalização, ao qual os países têm de responder de forma eficaz através da implementação de medidas de modernização por vezes drásticas, por implicar a maior parte das vezes a transformação profunda de

elementos sociais e de mentalidades que se lhes encontram subjacentes.

Em estreita conexão com esta problemática, a internacionalização e a interdependência das economias têm vindo a transferir todo um conjunto de problemas, intimamente relacionados com o exercício do poder e também com a segurança dos estados, de uma esfera eminentemente nacional para a arena internacional, o que coloca em causa toda a relação entre política interna e a externa no contexto abrangente do Estado-Nação. O que se relaciona directamente com a crise de identidade dessas mesmas unidades políticas e com a falta de capacidade de estados mais fracos ou em processo de declínio conseguirem resistir à pressão de estados mais fortes económica, tecnológica e militarmente, quiçá colocando mesmo em causa a integridade da continuação da sua autonomia nacional. Contrastando com estes e por deterem uma elite de líderes de reconhecida credibilidade, que desde muito cedo se foram apercebendo das mudanças operadas, países dotados de governos de forte e prospectiva percepção souberam aproveitar o curto tempo disponível para se adaptarem à pressão exercida sobre a sua plena liberdade de acção e enfrentarem toda esta miríade de ameaças à sua plena capacidade de decisão quanto aos novos e imprevisíveis contornos dos assuntos internacionais. No que concerne ao desejável equilíbrio peninsular, a Espanha poderá incluir-se na categoria destes últimos, enquanto Portugal, por ter cortado a si próprio os caminhos naturais do Mar e do Ultramar, se deixava atrasar quase que irremediavelmente, encontrando-se cada vez mais distanciado do núcleo duro onde se forjam as grandes decisões que decidem dos destinos geopolítico, geoestratégico e geoeconómico dos estados e da sua preponderância no mundo.

Os termos e os dados estatísticos de comparação económica demonstram inequivocamente uma acentuada assimetria económica entre Portugal e Espanha, comprovação de que esta sai francamente favorecida. Não sendo de todo um facto novo, permite

demonstrar que o equilíbrio ibérico, no seu sentido mais literal, se encontra hoje perigosamente minado, tanto mais, que num mundo em inevitável globalização, o motor económico e conseqüentemente a Geoeconomia e a Geofinança se assumem cada vez mais como algum dos domínios mais importantes e determinantes na vida das comunidades e dos estados. Existe, pois, uma disparidade estrutural no processo de modernização peninsular, principalmente nas regiões situadas na vertente oeste da Meseta Ibérica, havendo o risco de essa assimetria poder vir a provocar uma qualquer provincianização do nosso país, por a Espanha, nos altos areópagos da União Europeia, ter vindo a fazer valer o seu peso no que concerne aos assuntos peninsulares, como veio a verificar-se no traçado ibérico do TGV em que a decisão foi totalmente sua com os sucessivos governos portugueses a assistirem, impotentes, à prepotência espanhola.

Mas para além dos aspectos económicos, sociais, de percepção atempada das necessidades de modernização e dos aspectos culturais quanto ao desenvolvimento das elites, outros existem e se repercutem directamente na influência preponderante que exercem quanto ao equilíbrio peninsular e que, na sua essência, sempre exerceram influência histórica nas relações entre os dois países peninsulares.

A componente militar será seguramente um deles, tanto mais que, ao longo dos séculos de um Portugal independente «por destemor de bravas e esforçadas gentes», se comprova amplamente que em períodos de forte convulsão político-militar com origem exterior o nosso país se encontrou de imediato em situação crítica de tamanha gravidade que, num período negro da nossa História, culminou com a perda da independência durante sessenta anos, período após o qual e até aos nossos dias o Estado português dificilmente recuperou da devastação sofrida e da perda da sua até então preponderante força e presença nos areópagos de decisão internacionais.

Portugal e Espanha encontram-se hoje inseridos no mesmo espaço geoestratégico, por ambos participarem na NATO, na CSCE, na União Europeia e na UEO, agora incorporada naquela. Mas esta situação não inibe que estas alianças possam ser vistas como um espaço de interesses completamente heterogêneos, pois se é certo que existem alguns que se conjugam e complementam, também surgem direcções distintas nos eixos de esforço que deveriam ser comuns. Enquanto a Espanha focaliza a sua política numa mais íntima ligação com a UEO, a UE e com as potências do centro da Europa, seguindo assim a sua vocação histórica sedimentada com uma vocação mediterrânica, Portugal procura conjugar a sua tradicional ligação ao Atlântico com um empenhamento calculado na Europa, tentando fazer valer o poder funcional que lhe confere a posse das ilhas dos Açores e da Madeira, aquelas integradas no CINCIBERLANT desde 1988, e o vector transatlântico de ligação aos Estados Unidos.

Mas é no campo das infra-estruturas aeronáuticas e navais, em complemento com os respectivos meios aéreos que as materializam, que as disparidades militares entre Portugal e Espanha atingem o seu ponto mais visível e quiçá mais alarmante. Nesta área crítica para qualquer país cujo destino se encontra no Mar, Portugal não dispõe de nenhuma fábrica de aviões ou de qualquer outro tipo de aeronaves, nomeadamente de combate, nem de estaleiros para fabrico de navios de guerra, enquanto a Espanha, nos seus cinco principais pólos tecnológicos e industriais, possui fábricas de aeronaves de vários tipos, produz componentes especiais para os aviões europeus de combate de última geração, como o Eurofighter, participa no esforço aeroespacial e, nos seus estaleiros mais importantes, concebe e constrói navios de guerra de elevado porte, fragatas, navios de actuação múltipla e do tipo anfíbio, para projecção de forças em terra.

No que concerne à marinha de guerra, o país vizinho dispõe de uma panóplia de navios e de porta-aviões dotados de aviões de descolagem vertical, a

que Portugal não contrapõe quase nada em número, qualidade, eficiência e eficácia de meios. Como exemplo, serão de citar os dois grupos aeronavais centrados nos porta-aviões já referidos, especialmente concebidos para cumprir uma estratégia de soberania e de projecção de forças a distâncias regionais e continentais. São duas forças aeronavais poderosas, independentes e de grande mobilidade, capazes de ocorrer a qualquer área arquipelágica ou possessão espanhola, com destaque para as ilhas Canárias e as cidades espanholas enclaves do Norte de África, a toda a bacia mediterrânica e sobre o Atlântico, muito para além dos Açores e da Madeira.

Quanto à Força Aérea, o número e a qualidade dos seus aviões de defesa-ataque e de supremacia aérea são esmagadores, face aos meios portugueses, com os F-18 espanhóis a excederem em capacidade, penetração e em poder de fogo os nossos F-16 na proporção de quase três para um na qualidade e de seis para um na quantidade se forem acrescentados os outros tipos de meios aéreos de combate de que dispõem. De acentuar, ainda, que os Espanhóis mantêm desde há mais de vinte e cinco anos um esquadrão de caças interceptores nas ilhas Canárias, superior expressão de soberania que expressam amiúde ao sobrevoarem impunemente as nossas ilhas Selvagens e não poucas vezes os levam a aproximar-se da Madeira nos seus voos! Quanto a Portugal e no que diz respeito a meios aéreos de combate e de expressão de soberania, as ilhas dos Açores e da Madeira não dispõem de qualquer esquadra de defesa e de intercepção aérea desde o final da Segunda Guerra Mundial, apenas com a excepção dos anos de 1980-83 em que, por razões de vulnerabilidade militar e devido a pressões americanas decorrentes da Guerra Fria, foram colocados a título simbólico e apenas temporariamente na base das Lages os aviões monoreactores de ataque ao solo, Fiat G-91, de curto raio de acção, na altura de há muito obsoletos e sem qualquer capacidade de ataque ou defesa contra aviões intrusos estrangeiros. Por sua vez a marinha de guerra portuguesa encontra-se desde há muito em

estado de grande debilidade e, como força de combate efectiva, os navios de que dispõe pouco mais representam que efectivos de presença meramente simbólica, a cumprir por força das obrigações impostas pela NATO.

Por último e no que concerne ao Exército, os meios de combate tradicionais ainda vão resistindo à idade, mas são poucos menos que irrisórios, em quantidade e confrangedores em qualidade. Tal como nos outros ramos, apenas parece contar ainda como «moderno» e eficaz o elemento humano altamente especializado e treinado, que pode ombrear como dos mais eficientes e capazes quando comparado com os militares dos mais modernos exércitos europeus equipados com material de última geração.

Desta disparidade de forças, em quantidade e qualidade, ressalta ainda a constante preocupação dos sucessivos governos espanhóis na manutenção intransigente da sua Segurança e Defesa ao manterem forças armadas fortes, creíveis, com reconhecida capacidade de projecção da força, dotadas de poderosos meios de intervenção em conflitos de média e mesmo de alta intensidade em situações específicas, forças armadas que se preocupam em dignificar, fornecendo-lhes adequados meios de sustentação, incentivos e prestígio, inculcando nos seus cidadãos a vontade, o acréscimo de realização pessoal e a honra que lhes advém de fazerem parte de uma organização militar das mais poderosas da União e através dela servirem directamente o país. Quanto a Portugal, um «país que foi obra de soldados», os sucessivos poderes políticos insistem em não se aperceber de que, sem Forças Armadas dignas desse nome, a nação portuguesa se encontra numa preocupante situação de considerável vulnerabilidade, para além de parecerem ignorar aquela eterna máxima histórica que se aprende nos cursos de Relações Internacionais das universidades e nos ensinamentos da Geopolítica: «atrás de um grande poder económico encontra-se sempre um grande poder militar», o que se traduz concretamente em presença valorizada, valor negocial acrescido nas

relações internacionais, na diplomacia e na correspondente imagem do Estado, sempre que precisa de fazer valer os seus direitos, valores nacionais e objectivos estratégicos na complexa arena onde colidem constantemente os interesses das grandes potências.

Na actual conjuntura em que de novo se afirmam intransigentemente os vários poderes, nomeadamente os das potências ditas maiores, a actual situação político-militar, económica, social e tecnológico-científica aponta para um visível desequilíbrio entre Portugal e Espanha, com nítida incidência nos denominados *timings* de modernização. Esta situação de todo indesejável, se não mesmo crítica, parece deixar a sociedade portuguesa à mercê dos nossos poderosos vizinhos peninsulares e do respectivo expansionismo económico. Este perigo, que se afigura mais real do que antes de 1974, poderá atingir outras proporções se a própria União Europeia considerar este desfasamento como um dado adquirido e definitivo, sendo assim tentada a conferir à Espanha o exclusivo da representação hegemónica do espaço peninsular, dando rédea solta à propagação de um iberismo nocivo em que se poderão afirmar as tendências políticas que pugnam pela unidade da Península Ibérica, uma constante que perpassa toda a história peninsular.

Conforme comprovado pelos acontecimentos históricos passados e dentro do actual ambiente internacional, é de crucial necessidade para a segurança do País manter bem vivos na memória histórica de toda a comunidade os factores decisivos que enformaram e matizaram a raiz da sua Identidade de nação de oitocentos anos e da sua Individualidade de país soberano de forte matriz cristã, os quais possibilitaram a manutenção da influência, do prestígio e do protagonismo que atingiu e consolidou na História do mundo, ao conseguir manter bem vivos e firmes os respectivos objectivos nacionais permanentes, a par dos históricos e conjunturais.

Tal desiderato terá de ser mantido e sustentado em permanência por o nosso país, tal como no

passado, ser ainda hoje alvo da cobiça de outros por ser detentor de dois elementos apetecíveis sob cuja importância se fazem sentir ciclicamente intenções que poderão envolver prejuízo e até alguns riscos para Portugal se a comunidade lusa não tiver em atenção as lições do passado e a manutenção da Individualidade do País: a rica, extensa e disputada ZEE e a importância geoestratégica do arquipélago dos Açores, que os Norte-Americanos continuam a considerar como uma plataforma de defesa avançada da América do Norte em caso de graves ameaças vindas do Leste, mas também agora do Sudeste.

Num contexto internacional onde se afirmam as forças transnacionais, os estados engrandecem-se e asseguram o porvir pela detenção de áreas tecnológicas de vanguarda, científicas e pela procura constante do domínio da *Intelligence* transformada em conhecimento. Estas capacidades conferem-lhes supremacia política e económica sobre os países que por inércia e falta de planeamento atempado ainda não se aperceberam, na totalidade, dos efeitos produzidos inerentes a estas realidades.

Face aos desafios que se apresentam, haverá então que repensar o conceito de nação, face à miríade de nações que formataram o grande bloco europeu essencialmente económico em que Portugal se encontra inserido, não para afirmar a sua desvalorização, mas para o tornar, numa perspectiva realista, mais conforme com os paradigmas do mundo pós-moderno, por forma a que, sem nunca perdermos a nossa identidade que tem sido a nossa força de séculos, melhor poderemos afirmar Portugal e enfrentar os conturbados tempos que se avizinham no dealbar deste novo século que será sem dúvida o século das novas tecnologias, do aeroespacial e da transposição segura e inequívoca do Homem para o Espaço.

## Bibliografia

- AAVV, *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, Lisboa, IAEM, 2001  
Brzezinski, Zbigniew, Hegemonis Quicksand, in *International Interest*, Winter, 2003-04.

- Matoso, António J, *História Geral e Pátria*, Livraria Didáctica, Lisboa, 1958  
Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal; Dez Anos de Política de Cooperação*, 1995.  
IISS, *The Military Balance*, 2004-2005, The International Institute for Strategic Studies, Oxford, University Press, 2006.  
Vitorino, António, *O Futuro da Europa*, in *Estratégia*, Lisboa, IEEI, nº 18-19, 2003.